

# **Políticas Públicas e Segurança Alimentar: Estudo de caso do Programa de Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea (Fome Zero) no município de Tenente Portela-RS.**

Silmara Patrícia Cassol Vogt<sup>1</sup>; Renato Santos de Souza<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Bacharel em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial, mestranda no Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural pela UFSM. Rua: Pedro de Alcântara, 1023, CEP 98600-000, Três Passos-RS, e-mail: patriciavogt@bol.com.br.

<sup>2</sup>Engenheiro Agrônomo, Doutor, Professor adjunto da UFSM.

Grupo de trabalho: Iniciativas para o fortalecimento da Agricultura Familiar.

## **RESUMO**

O artigo faz uma reflexão sobre a construção do Programa de Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea (Fome Zero) no município de Tenente Portela-RS, como política de segurança alimentar. Além disso, é analisada a participação dos diversos segmentos (sociais e governamentais) na gestão do Programa. Através do estudo, percebe-se que o mesmo rompeu com a prática de clientelismo e de políticas compensatórias e paternalistas. A lógica de gestão e operacionalização do Programa destaca a importância e a necessidade da descentralização administrativa nas políticas voltadas para o abastecimento alimentar, o que integra a segurança alimentar com a questão do desenvolvimento regional. Constatou-se, ainda, que o Programa promove o envolvimento regional e a articulação de políticas integradas.

Palavras-chave: Agricultura familiar, cooperfamiliar, desenvolvimento regional.

## **1. INTRODUÇÃO**

O debate sobre a segurança alimentar e nutricional, emergiu na década de 90 e no início deste século no Brasil. Neste sentido, pode-se dizer que uma das principais contribuições do enfoque da segurança alimentar e nutricional na formulação recente de programas no Brasil foi a criação do Programa Fome Zero, em janeiro de 2003, e a elaboração de um Plano de Safra da Agricultura Familiar em 2003, que impulsionado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), se diferenciou da elaboração dos planos de safra convencionais, voltados essencialmente para a grande produção.

Essa nova perspectiva não apenas contribuiu para ampliar e diversificar as linhas de atuação do componente crédito para a produção, via o já existente Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), como também, e principalmente, inovou ao criar o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). Este último tem a perspectiva de conectar a demanda por alimentos, impulsionada pelos programas públicos, com a produção originada da agricultura

familiar carente de mercados, aí incluídos também os assentamentos do programa de reforma agrária. As modalidades de implementação do Programa contribuem para a construção de arranjos locais, reunindo de um lado os gestores das compras governamentais de alimentos, e de outro as organizações de agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Esta guinada das políticas de combate à fome e à insegurança alimentar com a criação do programa Fome Zero, tem em um de seus principais eixos de ação o fortalecimento da Agricultura Familiar, que busca o desenvolvimento de ações específicas para promover a geração de renda no campo e o aumento da produção de alimentos para o consumo. Assim, esta política pública está desenhada para ir além do mero combate à fome. Busca quebrar o círculo vicioso da fome provocado pela falta de políticas de geração de emprego e renda, que fomenta a crescente concentração de riquezas do atual modelo adotado no País.

E é a partir dessas políticas que surge no município de Tenente Portela, na região Celeiro do Estado do Rio Grande do Sul, o Programa de Compra Especial com Doação Simultânea (Fome Zero). Neste sentido, objetivou-se através deste trabalho, estudar como foi concebido e implementado, e como é gerido o Programa neste município. A escolha do município para a realização desse estudo, deu-se em função de ser um dos primeiros municípios da Região Celeiro a implementar o Programa, e ser este um local de predominância da agricultura familiar e onde as estratégias de reprodução social dos agricultores familiares estão passando por um processo de diversificação, apoiadas principalmente por organizações sociais e também pelas instituições públicas.

## **2. BREVE CONTEXTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

A Agricultura Familiar representa a ocupação socialmente equitativa do espaço agrário, bem como favorece a valorização das dimensões social, ambiental e cultural da produção agroalimentar (CAPORAL & COSTABEBER, 2002). É o próprio enfoque da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que pode ser definida como:

“... a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis” (CNSA, 2004).

Nesses termos, a SAN constitui um objetivo de políticas públicas, estratégico e permanente, que integra as categorias nucleares para a formulação das opções de desenvolvimento de um país. Uma característica distintiva desse enfoque é o requisito de intersectorialidade das ações e políticas públicas de SAN.

A agricultura familiar estabelece várias relações com a segurança alimentar. A mais lembrada é como provedora de alimentos para a população, mas ela vai além da produção agroalimentar. Está relacionada também com a criação de oportunidades de trabalho e de apropriação de renda às famílias envolvidas, melhorando, assim, a oferta de alimentos em âmbito regional e nacional. Segundo CAPORAL & COSTABEBER (2002):

A expressão Segurança Alimentar, como conceito orientador para políticas públicas, apareceu em 1974, durante a Conferência Mundial da Alimentação promovida pela FAO. Em 1996, a FAO estabelecia um conceito mais ambicioso, ao afirmar que se trata de “assegurar o acesso aos alimentos para todos e a todo o momento, em quantidade e qualidade suficientes para garantir uma vida saudável e ativa.” A partir do estabelecimento deste conceito, ficou mais patente a importância de uma agricultura que produza alimentos básicos, e não apenas commodities, com adequada qualidade biológica.

Para MALUF apud PESSANHA (2006), a Segurança Alimentar engloba o objetivo de garantir a todos condições de acesso suficiente, regular e estável aos alimentos básicos.

LAVINAS apud PESSANHA (2006) integrou-se ao debate sobre a segurança alimentar tratando das relações entre o abastecimento e a questão regional. A autora destaca a importância da descentralização administrativa na definição do escopo e na implementação das políticas. Defende também a integração das mesmas, seja na esfera regional, seja no que se refere à coordenação das ações das diferentes instâncias administrativas. Em função disso, um programa nacional de segurança alimentar deveria articular as ações federais, tais como crédito rural para investimento, custeio e comercialização, compras e estoques governamentais, bem como fiscalização sanitária, com ações locais, tais como abastecimento municipal e cidadania alimentar.

Neste sentido, a partir de 2003 as políticas públicas direcionadas à segurança alimentar no Brasil tomaram novas dimensões sociais e políticas, ganhando uma maior importância como política de Estado, de forma que a Segurança Alimentar foi alçada à principal política da área social de governo. A partir desse período, destaca-se: a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA) – extinto, em janeiro de 2004, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que passou a realizar todas as suas atividades (a criação do MDS surgiu da unificação do MESA, do Ministério da Assistência Social e da Secretaria do Programa Bolsa-Família, vinculada à Presidência da República) e o estabelecimento de um Programa Nacional de Combate à Insegurança Alimentar e Nutricional, o Programa Fome Zero, que se coloca como um marco histórico da intervenção do Estado nesta área.

O Programa Fome Zero atua a partir de quatro eixos articuladores: acesso aos alimentos; fortalecimento da agricultura familiar; geração de renda e articulação, mobilização e controle social. O eixo Fortalecimento da Agricultura Familiar busca o desenvolvimento de ações específicas na Agricultura Familiar que promovam a geração de renda no campo e o aumento da produção de alimentos para o consumo. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das ações do Fome Zero, cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da Agricultura Familiar (MDS, 2007).

O PAA (Quadro 1) é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº. 4.772, de 02 de julho de 2003, o qual foi alterado pelo Decreto nº. 5.873, de 15 de agosto de 2006. O Grupo Gestor do PAA é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e composto, ainda, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério da Fazenda (MDS, 2007).

O Programa adquire alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, até o limite de R\$ 3.500,00 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), exceto na modalidade Incentivo à Produção e Consumo do Leite, cujo limite é semestral. Os alimentos adquiridos pelo Programa são destinados às pessoas em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional atendidas por programas sociais locais, bem como a demais cidadãos em situação de risco alimentar, como indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e atingidos por barragens. (MDS, 2007).

No Quadro 1 estão contidos as quatro modalidades do programa de aquisição de alimentos e suas ementas.

Quadro 1. Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

<b>Sigla</b>	<b>Título</b>	<b>Ementa</b>
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar	Possibilita a aquisição de alimentos pelo Governo Federal, a preços de referência, de produtores organizados em grupos formais (cooperativas e associações) inserindo os agricultores familiares no mercado de forma mais justa, via compra direta de sua produção, a fim de constituir reserva estratégica de alimentos. É operada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).
	Compra para Doação Simultânea	Destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, abrigos, albergues, asilos, hospitais públicos e outros, e dos programas sociais da localidade, tais como bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, resultando no desenvolvimento da economia local, no fortalecimento da agricultura familiar e na geração de trabalho e renda no campo. É operada pelos governos Estaduais, Municipais e pela CONAB.
CPR – Estoque	Formação de Estoques pela Agricultura Familiar	Visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para consumo humano, oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais para formação de estoques em suas próprias organizações. É operada pela CONAB.
IPCL	Incentivo à Produção e Consumo do Leite	Destina-se a incentivar o consumo e a produção familiar de leite, visando diminuir a vulnerabilidade social, combatendo a fome e a desnutrição, e contribuir para o fortalecimento do setor produtivo familiar, mediante a aquisição e distribuição de leite com garantia de preço.

Fonte: MDS, 2007.

### 3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa exploratória qualitativa, que envolve levantamento bibliográfico e pesquisa de campo. No levantamento

bibliográfico, os procedimentos foram de leitura de textos; artigos de jornal, projetos e relatórios da Cooperativa. Na pesquisa a campo foram utilizadas técnicas qualitativas de levantamento de dados, tais como observações e entrevista semi-estruturada. Para obtenção das informações qualitativas foram realizadas dez entrevistas semi-estruturadas com os beneficiários do Programa, presidente da Cooperativa, membros do comitê gestor do Programa e lideranças locais, no mês de outubro e novembro 2006 no município de Tenente Portela-RS.

### 3.1 Caracterização do município de Tenente Portela-RS

O município de Tenente Portela (Figura 1) localiza-se na região noroeste do Rio Grande do Sul, fazendo limite ao Norte com os municípios de Vista Gaúcha, Barra do Guarita e Derrubadas, ao Sul com Miraguai e Redentora, ao Leste com Palmitinho e Erval Seco, e ao Oeste com Três Passos. Distancia-se 480 km da Capital gaúcha.

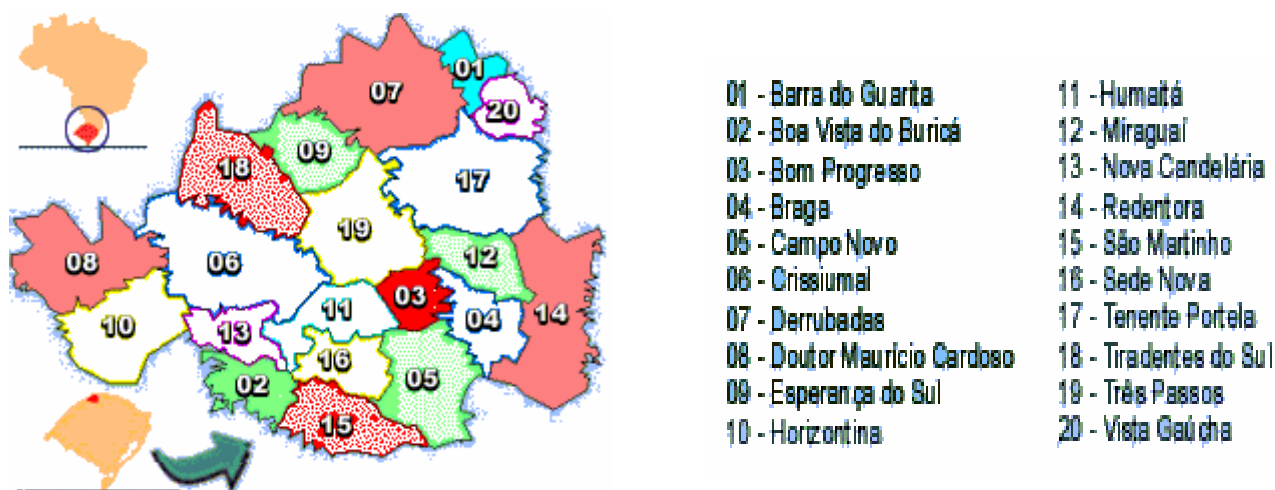


Figura 1- Localização do município de Tenente Portela, RS.

Emancipado em 18 de Agosto de 1955, é considerado um pequeno município dentro dos padrões do Estado. Tendo como características étnicas a miscigenação racial - com a predominância de descendentes de indígenas, caboclos, italianos, poloneses e alemães - e a economia baseia-se na agricultura familiar. A área média das propriedades rurais é de 10,0 hectares por família (minifúndio). Os setores que geram empregos são ligados à agroindústria e à indústria de derivados da madeira. O Comércio local é varejista e de pequeno porte, e o segmento de serviços atende apenas a clientela local. O relevo é formado de 70% por áreas dobradas e ondulada e 30% por áreas levemente onduladas a planas (EMATER, 2007).

## 4. O PROGRAMA DE COMPRA ANTECIPADA ESPECIAL COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA (FOME ZERO) NO MUNICÍPIO DE TENENTE PORTELA-RS.

O Programa foi elaborado pela Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares de Tenente Portela e Região – Cooperfamiliar, e encaminhado para a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, em dezembro de 2004. A Cooperfamiliar teve seu início em 31 de maio de 2001, com aproximadamente 250

pequenos agricultores familiares, participantes ativos da organização sindical e das discussões sobre o momento atual da agricultura familiar. Desenvolve atividades ligadas à produção, comercialização e armazenagem da produção orgânica de soja, comercialização do leite e de produtos da agricultura familiar. As propriedades dos seus associados têm área média de 15,0 ha, topografia acidentada e na maioria delas, é utilizado o sistema de tração animal para o cultivo da terra. Embora a renda esteja centrada na produção de soja, produzem também milho, leite e produtos de subsistência. A cooperativa foi criada a partir da necessidade dos pequenos produtores tendo como objetivos: congregar os agricultores familiares mediante convênios com entidades especializadas, públicas e privadas, visando à capacitação de seus associados e o aprimoramento técnico e profissional; incentivar o desenvolvimento de novas tecnologias sustentáveis adequando-as a realidade sócio-econômica e ambiental local; e apoiar e desenvolver atividades de produção, beneficiamento e agroindustrialização dos produtos da agricultura familiar.

O Projeto de Compra Especial com Doação Simultânea (Fome Zero) iniciou em meados de 2004 em Tenente Portela, com a criação do Comitê de Segurança Alimentar e Nutricional, que reúne movimentos sociais, pastorais da Igreja Católica, entidades locais e poder público. A criação desse comitê foi uma proposta da Cooperfamiliar, que já vinha discutindo com seu quadro de associados a criação de alternativas que contemplassem a organização da produção, formas de comercialização e a questão da segurança e soberania alimentar, aliada a avanços econômicos e sociais. Um dos passos iniciais do Comitê foi promover uma visita de troca de experiências entre os agricultores familiares de Tenente Portela e de Constantina-RS, onde, nesse último, existe um trabalho concretizado de organização dos produtores e da produção. A origem do Programa no município é relatada pelo membro do Comitê Gestor e Extensionista Rural da Emater/RS - Ascar de Tenente Portela, que é uma das entidades locais responsáveis pelo acompanhamento da produção dos agricultores familiares.

O Projeto foi discutido em 2004. Mas, ele tem elementos que antecedem isso, que é a própria discussão que os movimentos sociais já vinham fazendo, em relação à necessidade de mudar a matriz produtiva que estava baseada na produção de grãos e voltar essas pequenas propriedades para a produção de alimentos. Então, em 2004 começa a discussão e a visita de outros projetos pilotos (Entrevista 03, V. M. S, Emater / RS - Ascar e Coordenador do Conselho Gestor).

A partir dessa troca de experiências e de parcerias estabelecidas com entidades e organizações de diversos setores da sociedade, o Comitê de Segurança Alimentar e Nutricional juntamente com a Cooperfamiliar, realizaram no interior do município reuniões com os agricultores familiares para a discussão da elaboração de um projeto de compra de alimentos da agricultura familiar.

Após essa discussão com os agricultores familiares e com os beneficiários urbanos a Cooperfamiliar elabora e encaminha em dezembro de 2004 à CONAB um projeto para aquisição de produtos da agricultura familiar com distribuição simultânea às famílias cadastradas pelo Programa Fome Zero. Nesse mesmo mês foi aprovado o referido projeto, no valor de R\$ 208.156,02, destinados à aquisição de 140 toneladas de alimentos de vinte produtos provenientes de 180 agricultores familiares, para distribuição simultânea através de cestas mensais a 206 famílias em situação de vulnerabilidade social e uma cesta especial para a Associação de Literatura e Beneficência Hospital Santo Antônio (entidade filantrópica).

No primeiro trimestre de 2005, várias ações foram desencadeadas para dar início a execução do Programa, sendo a primeira a constituição de um conselho gestor do projeto (Figura 2), o qual tem a função de coordenar e avaliar as ações do Programa e contempla a participação de organizações da sociedade civil e de governo, sendo constituído pela Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares de Tenente Portela e Região, Cooperativa de Crédito com Interação Solidária-Cresol, Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar e Região-Sintraf, Coletivo de Mulheres da Agricultura Familiar, Associação de Moradores do Bairro São Francisco, Associação de Moradores do Bairro Verzeri, Mitra Diocesana de Frederico Westphalen- (Paróquia Nossa Senhora Aparecida- Pastoral da Criança), Sociedade Literatura e Beneficência Hospital Santo Antônio, Conselho de Missão entre Índios (COMIM), Comitê de Segurança Alimentar e Nutricional, Conselho de Desenvolvimento Agropecuário, Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria Municipal da Educação, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal da Saúde e Gabinete do Prefeito Municipal. Segundo um entrevistado, percebe-se o poder decisório das entidades locais,

Todas as decisões passam pelo Conselho Gestor. Então, vimos que quando a comunidade quer ela transforma. Temos a participação elogiável também do governo municipal. Nos outros programas era o contrário, as decisões eram do governo e muitas vezes fugindo da questão real. Nós fizemos o contrário, a comunidade decidindo e os órgãos de governo fazendo a sua parte. (entrevista 03, 2006, V.M. S, Extensionista Rural da Emater/RS - Ascar e Coordenador do Conselho Gestor).

No Conselho Gestor surgiu três grupos temáticos (Figura 2), a partir das necessidades e demandas da organização da produção, produtores e beneficiários, da própria logística do programa e de acordo com as especificidades de cada instituição. São eles:

- a) Grupo temático de Organização da Produção, responsável por organizar as produções junto aos agricultores familiares fornecedores dos alimentos, e que é constituído por entidades ligadas ao meio rural. Entidades participantes: Cooperfamiliar, Secretaria da Agricultura, Emater, Comim, Cresol e Sintraf.
- b) Grupo temático de Organização dos Beneficiários, responsável por cadastrar, avaliar e acompanhar as famílias beneficiárias, constituído por entidades ligadas à promoção social: Secretaria da Assistência Social, Pastoral da Criança, Hospital Santo Antônio, Secretaria da Educação, Secretaria da Saúde e Cooperfamiliar.
- c) Grupo temático de Apoio Logístico: responsável pela infra-estrutura de embalagem, armazenagem, composição das cestas e distribuição, formado pela Cooperfamiliar, Emater, Secretaria de Educação, Secretaria da Agricultura e Gabinete do Prefeito.

Os grupos temáticos possuem uma dinâmica de organização própria, cada qual se organiza em função das atividades realizadas no âmbito do programa. O grupo temático de organização da produção reúne-se periodicamente com os agricultores familiares para discutir a produção de alimentos nas propriedades, as regras de acondicionamento, sanitárias e de higiene inerentes à comercialização de alimentos, a produção orgânica, agroindustrialização, participação em cursos de capacitação, etc. Os

agricultores familiares fornecedores do Programa são associados da Cooperfamiliar e se organizam para o fornecimento dos alimentos através de núcleos de produção ou associações. Esse fator é importante, pois reforça o cooperativismo e a capacidade de auto-gestão dessas organizações.

Dentro do grupo temático de organização dos beneficiários há o comitê gestor do programa no bairro, que representa outro fator importante na promoção da participação social. Esse comitê é formado por sete pessoas da comunidade, incluindo escola, igreja, associação de bairros, clube de mães, etc., e tem a função de selecionar as famílias do bairro que serão beneficiadas com o Programa e repassar essa relação ao Comitê Gestor do município, além de controlar a questão da contrapartida dos beneficiários, que é demonstrada no trecho da entrevista com o presidente da Associação do Bairro São Francisco.

Nós pegamos um dia, um grupo de famílias e vamos, por exemplo, limpar o cemitério da comunidade. Reunimos as famílias e vamos para lá. Quando tem que limpar a Igreja, reunimos mais três ou quatro famílias e vamos. Eu tenho que apresentar lá em cima (Comitê Gestor) onde eles deram a contrapartida. Alguns não quiseram ajudar, mas agora estão começando a ajudar de novo, porque se não ajudam, perdem a cesta. Isso é justo, temos que colaborar (entrevista 06, 2006, A. M, Associação dos Moradores do Bairro São Francisco).

Esse modelo de gestão descentralizado permite uma maior participação das instituições do município, o que torna mais transparente e flexível a operacionalização do Programa como salientam alguns dos entrevistados,

[...] fomos procurados pela Cooperfamiliar, assim como outras entidades, teve diversas discussões e entramos no Programa, como paróquia, como o “guarda-chuva”, para poder atender essa solicitação. Não tivemos dúvida que beneficia o agricultor familiar e também as famílias da cidade que recebem esta cesta. A nossa preocupação é que não fosse algo paternalista. [...] (entrevista 02, 2006, G.T).

Um ponto fundamental que temos colocado é a solidariedade dentro do programa. Por que muitas entidades tem trabalhado fora do expediente. E vemos pessoas que nem são beneficiários do programa, ajudando. Então, o nível decisório tem sido do Conselho, que é muito importante. Não se tem nenhuma forma de pressão externa, ou qualquer impedimento para beneficiar ou não um determinado grupo. O Conselho Gestor têm tido uma autonomia muito grande no gerenciamento do Programa e por isso existe transparência (entrevista 03, 2006, V.M.S, Extensionista Rural da Emater/RS-Ascar e Coordenador do Conselho Gestor).

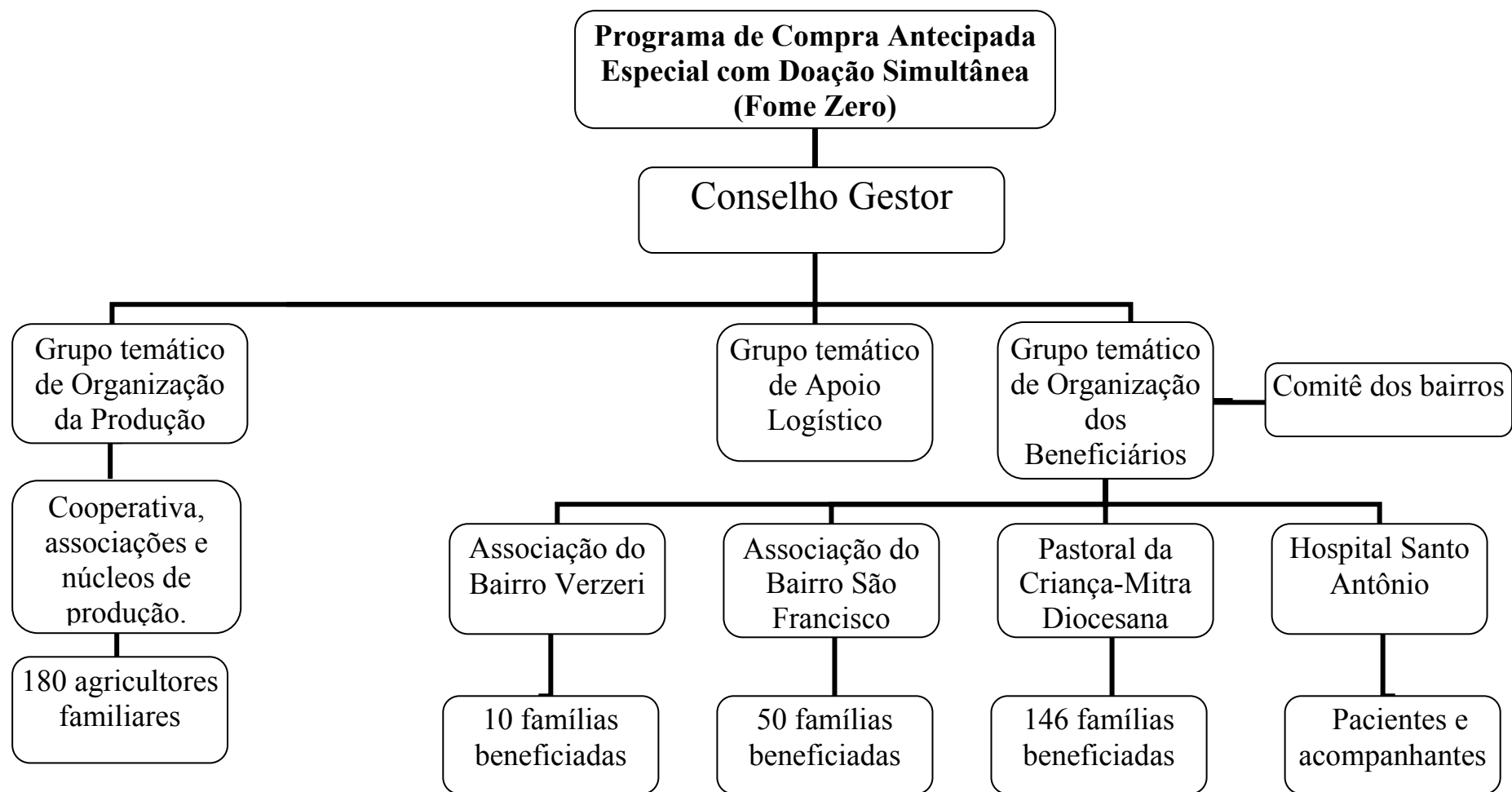


Figura 2 - Organograma do Programa Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea (Fome Zero) no município de Tenente Portela  
 Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa realizada.

O Programa, pela sua forma de concepção e execução, proporciona o envolvimento local de vários segmentos da sociedade, contribuindo para a construção de um capital social capaz de promover mudanças necessárias, transformando os agentes locais em protagonistas do processo de transformação da realidade em que estão inseridos. Esse modelo de gestão beneficia a Agricultura Familiar através da aquisição da produção, mas também, ao mesmo tempo, fortalece ações de combate a fome e ao desemprego, melhorando as condições de vida das famílias beneficiadas<sup>1</sup>. Nas palavras de um entrevistado,

A agricultura familiar é diretamente beneficiada, uma vez que, neste programa, os agricultores podem comercializar seus produtos. Valoriza-se a produção local gerando riquezas e empregos no município. Ocorre incentivo para que os pequenos agricultores produzam alimentos, aos poucos está ocorrendo modificação no sistema produtivo nas propriedades envolvidas com o Programa. [...] Está ocorrendo a inserção de vários agricultores no mercado, despertando a importância da produção de alimentos e de beneficiamento destes produtos através das agroindústrias. Outro ponto que merece destaque é o fornecimento de produtos para o Programa por famílias da comunidade indígena (entrevista 05, 2006, C.S, Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente).

Este Programa constitui-se em uma inovação nas políticas de segurança alimentar praticadas até então, o que fica explícito no objetivo geral do Projeto Compra Antecipada Especial e Doação Simultânea dos Produtos da Agricultura Familiar (COOPERFAMILIAR, 2004), “que visa fortalecer as ações de combate à fome, ao desemprego, melhorar as condições de vida dos agricultores familiares, dos beneficiários que estão em estado de vulnerabilidade”. Segundo um entrevistado,

O mais importante do Programa é a prova que ele tem nos dado, de que um outro modelo, uma outra relação entre o agricultor e instituição de consumidores é possível. Ele, com recursos insignificantes proporcionou isso como política pública, um outro modelo de produção, um outro modelo de transformação e de relação produtores e consumidores é possível (entrevista 03, 2006, V.M.S, Extensionista Rural da Emater/RS-Ascar, Coordenador do Conselho Gestor).

Esse objetivo fica mais claro quando se analisa os objetivos específicos do Programa. Do lado dos beneficiários produtores o Programa prevê: promover, fortalecer e revitalizar a organização dos agricultores familiares e indígenas, respeitando as condições sócio-cultural e ambiental em que a etnia está inserida; diversificação dos produtos da Agricultura Familiar; viabilizar a comercialização dos produtos dos agricultores familiares e agroindústrias; incentivar os agricultores à produção de alimentos (núcleos de produção); promover e fortalecer a produção orgânica e suas organizações; socializar e massificar o acesso a produtos agroecológicos; fortalecer a organização das entidades da agricultura familiar; formação de redes solidárias de produção e consumo; criar mecanismos que garantam uma relação recíproca entre campo e cidade, promovendo a ética de produção e consumo; promover a reeducação alimentar e de relação com o meio ambiente. Segundo o entrevistado, a

<sup>1</sup> Este mesmo impacto do programa foi verificado por GAZOLLA (2004) para o caso de CONSTANTINA-RS.

valorização da produção de alimentos e a forma de organização do Programa merecem destaque,

O importante do programa é a forma da organização, desenvolvimento e execução do projeto, como instrumento de fortalecimento da organização e resgate da produção de alimentos, bem como a inclusão social e a forma de envolvimento das pessoas beneficiadas no programa (entrevista 05, 2006, C.S, Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente).

Já do lado dos beneficiários consumidores dos alimentos produzidos pela agricultura familiar, os objetivos do Programa são: beneficiar famílias que estão em estado de risco e subemprego; criar mecanismos de inclusão social, auto-estima e participação na sociedade; através da distribuição de alimentos, criar condições para que as famílias possam participar de programas municipais de geração de renda; fortalecer a organização no recebimento através de associações ou cooperativas de beneficiários (COOPERFAMILIAR, 2004). Conforme salienta o entrevistado o programa beneficia diretamente as famílias em estado de vulnerabilidade,

Seriam inúmeros benefícios, mas dá para traduzir de uma forma bem simples. Imagina uma família numa situação de risco [...], de extrema necessidade. Agora imagine essa família recebendo uma cesta, durante meses, de 70 a 80 kg de alimentos. Talvez, seja para muitas famílias, quase que a totalidade dos alimentos deles durante o mês (entrevista 05, 2006, C.S, Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente).

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pode-se afirmar, através deste estudo, que a compra dos produtos da agricultura familiar possui um papel fundamental na geração da segurança alimentar. Ao que tudo indica, esse Programa rompeu com a prática de clientelismo e das políticas compensatórias e paternalistas. Esta lógica de gestão e operacionalização destaca a importância e a necessidade da descentralização administrativa nas políticas voltadas para o abastecimento alimentar, o que integra a segurança alimentar com a questão do desenvolvimento regional.

Em função disto, constata-se que essa iniciativa local não ficou restrita ao município de Tenente Portela, tendo sido ampliada, no mês de outubro de 2006, para outros municípios da Região Celeiro: Vista Gaúcha, Derrubadas, Miraguaí, Coronel Bicaco e Tiradentes do Sul, ganhando assim um caráter regional, o que indica que os seus efeitos são benéficos tanto para os agricultores familiares como para os beneficiários consumidores.

Constatou-se ainda que o Programa promove o envolvimento de vários segmentos da sociedade e a articulação de políticas integradas, oportunizando a discussão de ações que geram demandas potenciais, como: estruturação de agroindústria, fortalecimento da feira do produtor, implementação de redes solidárias, discussão da construção de um mercado permanente da agricultura familiar, organização da produção, conquistas de novos mercados, resgate de saberes socioculturais, construção do capital social regional, além da promoção da autonomia/empoderamento dos agricultores, através da organização dos mesmos.

Verifica-se, por fim, que os resultados desse Programa no município de Tenente Portela devem-se por três eixos básicos: a descentralização das políticas públicas, a ação local e o fortalecimento do controle social. A compra da produção da Agricultura Familiar pelo

Programa gera uma nova dinâmica de desenvolvimento sustentável, pois tanto beneficia as condições de reprodução social da agricultura familiar quanto contribui para promover a segurança alimentar de populações urbanas em situação de vulnerabilidade.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Segurança Alimentar e Agricultura Sustentável: uma perspectiva agroecológica**, Porto Alegre, 2002.
- CNSA (Conferência Nacional de Segurança Alimentar). **Construção de uma política de segurança alimentar e nutricional**. II CNSA. Olinda, março. 2004.
- EMATER-RS, ASCAR. **Estudo da situação**. Escritório Municipal de Tenente Portela, 2007.
- GAZOLLA, M. **Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Políticas Públicas: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 306p, 2004.
- MDS. Ministério do desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Programas e ações do Fome Zero**. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br>>. Acesso em 06. Junho, 2007.
- PESSANHA, L, D, R. **Segurança Alimentar como um princípio orientador de políticas públicas: Implicações e Conexões para o caso Brasileiro**. Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em <<http://www.craisa.com.br>>. Acesso em 15. Setembro 2006.
- PROJETO COOPERFAMILIAR - Projeto de Compra Antecipada Local com Doação Simultânea (Fome Zero). Proponente: Cooperativa da Agricultura Familiar de Tenente Portela, 2004.
- PROJETO FOME ZERO. **Uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil**. Disponível em <<http://www.fomezero.gov.br>>. Acesso em 20 de Setembro de 2006.